

## Estudo Técnico Preliminar

Processo administrativo Nº 0000120250203000244



Unidade responsável  
**Câmara Municipal de Pacajus**  
Câmara Municipal de Pacajus



Data  
**03/04/2025**



Responsável  
**Comissão De Planejamento**

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Câmara Municipal de Pacajus/CE enfrenta um desafio significativo no que diz respeito à eficiência e eficácia de seus processos administrativos internos, especialmente nas áreas de controle de materiais, administração do patrimônio e controle de combustíveis. A infraestrutura atual encontra-se inadequada para atender à complexidade crescente das operações necessárias para assegurar a boa governança e accountability, conforme delineado no processo administrativo consolidado. Indicadores de desempenho institucional revelam uma pressão crescente sobre os recursos disponíveis devido às operações mais complexas e diversificadas, destacando a necessidade de uma consultoria especializada capaz de oferecer suporte técnico qualificado.

A não contratação dos serviços técnicos administrativos em consultoria ao controle interno implicaria em riscos sérios de interrupção na atualização e integridade das informações de gestão patrimonial e controle de estoques, fatores críticos para a transparência e eficiência administrativa. O impacto institucional atingiria diretamente a Câmara Municipal, potencialmente inviabilizando metas setoriais devido ao aumento do risco de falhas no controle administrativo e descompasso com as normativas legais vigentes. Assim, a contratação se insere como medida de interesse público, essencial para o funcionamento contínuo e eficiente dos serviços administrativos.

Como resultados pretendidos, a contratação busca assegurar a continuidade e a modernização dos serviços administrativos da Câmara Municipal, promovendo a economia e otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, alinhando as operações com os objetivos estratégicos da Administração. A consultoria prestará assistência na elaboração e análise de relatórios, assegurando que os processos internos atendam aos padrões legais e operacionais esperados, em

conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Desta forma, a presente contratação é imprescindível para resolver os problemas atualmente enfrentados pela Câmara Municipal de Pacajus, garantindo o atendimento das metas institucionais, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, arts. 5º, 6º, 11 e 18, § 2º.

## 2. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
Camara Municipal de Pacajus	VALESKA CAMILA PAULINO DA SILVA

## 3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A necessidade identificada pelo Poder Legislativo Municipal de Pacajus/CE, conforme o Documento de Formalização da Demanda (DFD), é a contratação de serviços técnicos administrativos em consultoria para o controle interno da Câmara Municipal de Pacajus. Esta demanda é reforçada pela complexidade crescente das operações administrativas que exigem eficiência e eficácia, como o controle de materiais, administração de patrimônio e controle de combustíveis. A consultoria especializada se torna imperativa para garantir a integridade e atualização de informações através de sistemas informatizados, assegurando a conformidade com as normas fiscais e otimização dos procedimentos operacionais. Tais requisitos não apenas melhoram o controle interno, mas também promovem transparência e accountability no contexto das operações legislativas municipais, alinhando-se aos princípios de eficiência e economicidade conforme o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Os padrões mínimos de qualidade e desempenho exigidos para este contrato requerem que a consultoria ofereça orientação no tombamento e cadastramento de bens patrimoniais, controle eficaz do almoxarifado, e elaboração de relatórios financeiros e operacionais. Esses padrões são essenciais para atender à demanda por consistência e precisão na gestão de informação e materiais de consumo. Tais medidas visam a eliminação de custos administrativos desnecessários e a garantia de eficiência operacional, evitando insuficiências de insumos decorrentes da demanda contínua. Apesar de não mencionarmos a utilização do catálogo eletrônico de padronização, justifica-se essa decisão pela inadequação de itens disponíveis às especificidades deste objeto, mantendo o foco nos requisitos técnicos e operacionais.

A vedação de indicação de marcas e modelos específicos é a regra, em conformidade com o princípio da competitividade, salvo quando for tecnicamente justificado por características essenciais e únicas. No entanto, a natureza deste serviço de consultoria não se alinha a bens de luxo, conforme estabelecido no art. 20 da Lei nº 14.133/2021, focando exclusivamente em requisitos de qualidade técnica e eficiência operacional. Exige-se, subentendido, um suporte técnico adequado e a prestação efetiva de serviços, salientando que as condições de entrega e garantia devem assegurar eficácia sem especificar prazos para evitar custos adicionais de tramitação.

Os critérios de sustentabilidade, como o uso de materiais recicláveis e a menor geração de resíduos, serão integrados, na medida do possível, aos requisitos técnicos e operacionais como parte do compromisso com práticas de sustentabilidade, conforme orientado pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. Caso a natureza da demanda não permita sua aplicação, tal é justificado pela prioridade em assegurar a execução eficiente dos serviços críticos identificados.

Os requisitos aqui definidos orientarão o levantamento de mercado, destacando a capacidade mínima dos fornecedores de atender aos padrões técnicos e condições estabelecidas, sem definir antecipadamente a solução a ser adotada. Caso os requisitos restrinjam a competição, será avaliada a possibilidade de flexibilização, assegurando a adequação da contratação às necessidades presentes. Em resumo, estes requisitos fundamentam-se na demanda concreta apresentada no DFD e na legislação vigente, proporcionando uma base técnica sólida para o levantamento de mercado, conforme o art. 18, contribuindo assim para a identificação da solução mais vantajosa para a Administração.

#### **4. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

O levantamento de mercado, conforme art. 18, §1º, inciso V da Lei nº 14.133/2021, é um elemento central no planejamento da contratação de serviços técnicos administrativos em consultoria ao controle interno para o Poder Legislativo Municipal de Pacajus/CE. Este processo é decisivo para prevenir práticas antieconômicas e fundamentar a solução contratual mais adequada, em harmonia com os princípios legais de impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público.

Considerando a natureza do objeto – a prestação de serviços de consultoria – a pesquisa de mercado focou em identificar condições de fornecimento e inovações no setor. Foram consultados três prestadores de serviços especializados em consultoria ao controle interno, obtendo-se uma variação de preços por item que reflete a faixa de R\$ 16.000 a R\$ 19.000 mensais. Adicionalmente, foram analisadas contratações similares por Câmaras Municipais de outros estados, com valores médios próximos ao estimado para este processo. Fontes públicas de dados, como o Comprasnet, foram utilizadas para validar preços e condições de mercado, não se identificando inovações tecnológicas significativas aplicáveis ao contexto específico da demanda.

A análise comparativa das alternativas considerou elementos técnicos e econômicos. Entre as opções avaliadas estão a contratação direta dos serviços e a busca por adesão a Atas de Registro de Preços de processos correlatos. A terceirização via empresas especializadas mostrou-se mais vantajosa em termos de custo-benefício, considerando a expertise oferecida, flexibilidade contratual e integração com as exigências operacionais específicas da Câmara Municipal de Pacajus.

A alternativa mais vantajosa foi a contratação direta dos serviços de consultoria, justificada pela eficiência operacional, economicidade e alinhamento direto com os resultados esperados. Essa escolha garante suporte técnico qualificado e continuidade no aprimoramento dos controles internos, atendendo plenamente ao escopo contratual desejado, com atenção à legislação vigente sobre transparência e probidade administrativa.

Recomenda-se, portanto, a persecução dessa abordagem, assegurando uma contratação que harmonize competitividade e transparência, conforme os artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, promovendo a melhor alocação dos recursos públicos disponíveis para o exercício eficaz da atividade legislativa municipal.

## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de serviços técnicos administrativos em consultoria especializada no controle interno para a Câmara Municipal de Pacajus/CE. Este serviço englobará diversas áreas críticas da administração pública, conforme detalhado nos requisitos da contratação, tais como controle de materiais, administração do patrimônio e controle de combustíveis. A consultoria abordará a orientação para manutenção do tombamento e cadastramento dos bens patrimoniais por meio de sistemas informatizados, assegurando a integridade das informações. Além disso, oferecerá suporte direcionado para aprimorar os serviços de controle do almoxarifado, otimizando o gerenciamento de estoque e assegurando a conformidade com as normativas fiscais.

Os serviços contratados incluirão a análise contínua e detalhada de relatórios financeiros e operacionais, fornecendo insights para o aprimoramento do controle interno. A consultoria fornecerá relatórios mensais com sugestões de melhorias e intervenções necessárias para a manutenção da integridade dos controles administrativos. A solução foi embasada por levantamento de mercado que comprovou a adequação e viabilidade econômica deste tipo de serviço, garantindo que a proposta selecionada atende aos padrões de qualidade e eficiência esperados pela legislação em vigor.

Conclusivamente, esta contratação não apenas atende adequadamente a necessidade identificada de fortalecer e disciplinar os processos administrativos internos, mas também se alinha aos princípios de eficiência, economicidade e interesse público estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021. Ela representa a alternativa mais adequada e vantajosa para garantir a transparência e accountability da gestão pública no município de Pacajus, promovendo a boa governança e evitando prejuízos operacionais.

## 6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	SERVIÇOS TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM CONSULTORIA AO CONTROLE INTERNO	12,000	Mês

## 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
------	-----------	------	------	---------------	----------------

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	SERVIÇOS TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM CONSULTORIA AO CONTROLE INTERNO	12,000	Mês	17.783,33	213.399,96

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 213.399,96 (duzentos e treze mil, trezentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)

## 8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A análise inicial sobre o parcelamento do objeto da contratação, conforme art. 40, V, b da Lei nº 14.133/2021, objetiva avaliar a possibilidade de ampliar a competitividade, tal como destacado no art. 11. A divisão por itens, lotes ou etapas deve ser considerada tecnicamente viável e economicamente vantajosa para a Administração, sendo esta análise obrigatória no ETP, conforme o art. 18, §2º. De acordo com a 'Seção 4 - Solução como um Todo', a contratação dos serviços técnicos administrativos em consultoria ao controle interno deve considerar a eficiência e a economicidade previstas no art. 5º.

A possibilidade de parcelamento será analisada à luz do §2º do art. 40, levando em conta a indicação prévia do processo administrativo que sugere a contratação por itens. O mercado apresenta fornecedores especializados capazes de fornecer serviços para partes distintas da solução, favorecendo a competitividade através de requisitos de habilitação proporcionais. Além disso, a fragmentação da contratação pode facilitar o aproveitamento do mercado local e gerar ganhos logísticos conforme evidenciado pela pesquisa de mercado e pelas demandas específicas dos setores administrativa e técnica da Câmara Municipal de Pacajus.

Na comparação com a execução integral, mesmo que o parcelamento seja tecnicamente viável, a contratação integral é considerada mais vantajosa. Conforme o §3º do art. 40, a execução integral possibilita economia de escala e uma gestão contratual mais eficiente, preserva a funcionalidade de um sistema único e integrado, e pode ser justificada pela padronização e exclusividade de fornecedores. A consolidação da contratação, portanto, minimiza riscos à integridade técnica e à responsabilidade global, especialmente em serviços mais complexos ou integrados.

Os impactos sobre a gestão e fiscalização do contrato também pesam na decisão, pois a execução consolidada simplifica a gestão e preserva a responsabilidade técnica. Enquanto o parcelamento poderia promover um acompanhamento mais rigoroso e descentralizado, também aumentaria a complexidade administrativa, exigindo uma capacidade institucional robusta que privilegie a eficiência, conforme o art. 5º.

Após avaliar as alternativas disponíveis, recomendamos a execução integral dos serviços contratados como a medida mais vantajosa à Administração. Esta abordagem está alinhada com os 'Seção 10 - Resultados Pretendidos', e cumpre com os critérios de economicidade e competitividade previstos nos arts. 5º e 11. Essa recomendação se baseia na garantia de coesão funcional e nas interdependências delineadas pela estrutura administrativa e contratual em outras seções do ETP, respeitando os critérios do art. 40 da Lei nº 14.133/2021.



## | 9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O alinhamento da contratação aos instrumentos de planejamento da Administração Pública é essencial para assegurar a coerência, eficiência e economicidade, conforme estabelecido pelos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021. A necessidade da contratação de serviços técnicos administrativos em consultoria ao controle interno junto ao Poder Legislativo Municipal de Pacajus/CE foi claramente delineada na seção 'Descrição da Necessidade da Contratação', justificando a sua pertinência em termos de interesse público.

No entanto, notou-se que a contratação não está prevista no Plano de Contratação Anual (PCA), o que se justifica por demandas imprevistas que não puderam ser antecipadas no planejamento anterior. Diante desta lacuna, será adotada a inclusão da contratação na próxima revisão do PCA, bem como a implementação de gestão de riscos para mitigar eventuais consequências associadas à não previsão inicial, conforme art. 5º da mesma lei.

O alinhamento pleno ao planejamento será buscado através de medidas corretivas, garantindo que a contratação contribua para resultados vantajosos e ampliação da competitividade, conforme disposto no art. 11. Ademais, reforça-se o compromisso com a transparência no processo de planejamento e a adequação aos 'Resultados Pretendidos', garantindo a eficiência e a eficácia exigidas para boas práticas na gestão pública.

## | 10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Os benefícios diretos esperados da contratação dos serviços técnicos administrativos em consultoria ao controle interno junto ao Poder Legislativo Municipal de Pacajus/CE representam um avanço significativo em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, conforme disposto nos artigos 5º e 18, §1º, inciso IX da Lei nº 14.133/2021. Fundamentando-se na necessidade pública identificada na descrição inicial, espera-se a otimização dos processos de controle de materiais, administração do patrimônio e controle de combustíveis da Câmara Municipal de Pacajus, promovendo a eficiência administrativa e evitando prejuízos operacionais.

Redução de custos operacionais é um resultado mensurável esperado, a ser alcançado por meio da utilização de um sistema informatizado para o tombamento e cadastramento dos bens patrimoniais, mantendo a integridade e atualização das informações. Este processo permitirá não apenas a diminuição de retrabalho, mas também a racionalização das tarefas desempenhadas pelos servidores, otimizando recursos humanos e promovendo capacitação direcionada. Quanto aos recursos materiais, a melhor gestão do almoxarifado, com orientações específicas para manutenção de estoque, minimiza o desperdício, contribuindo para um uso mais eficiente deste recurso.

A contratação espera atingir ganhos financeiros substanciais através da economia de escala, como resultado da análise mensal de documentação de receita e despesa, e da sugestão de melhorias no controle interno. Estas melhorias, fundamentadas na pesquisa de mercado e alinhadas ao princípio da competitividade previsto no artigo 11, visam proporcionar um retorno financeiro direto à Câmara Municipal de Pacajus, demonstrando a eficiência da contratação ao longo do tempo.

Na entrega contínua de serviços, mecanismos como o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) serão implementados para monitorar os ganhos estimados de forma contínua e quantificável, facilitando a mensuração de indicadores como percentual de economia alcançado ou redução de horas de trabalho. Esta prática permite a comprovação dos benefícios obtidos, gerando relatórios que não só justificam o dispêndio público mas também promovem a eficiência dos resultados pretendidos conforme os objetivos institucionais e o artigo 11 da legislação.

Os resultados pretendidos desta contratação, portanto, são projetados para justificar o investimento público ao trazer melhorias mensuráveis à administração interna, promovendo uma gestão pública mais eficiente e eficaz em Pacajus/CE. Caso a natureza exploratória da demanda impeça a precisão absoluta das estimativas iniciais, serão apresentadas justificativas técnicas adequadas, embasando a viabilidade da contratação conforme preconizado na legislação vigente.

## **11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

As providências internas antes da celebração do contrato serão fundamentais para preparar o ambiente institucional para a execução eficiente da contratação projetada, com base na descrição da necessidade apresentada. Assegurará que a execução contratual esteja alinhada com os resultados esperados, conforme os objetivos expressos no planejamento, promovendo, assim, o interesse público e a eficiência, conforme preceitua o art. 5º da Lei nº 14.133/2021. O planejamento contemplará os ajustes tecnológicos e organizacionais necessários para a correta implementação dos serviços contratados, detalhando as modificações estruturais no espaço físico envolvido e suas respectivas justificativas, integradas em um cronograma de ações a ser anexado ao ETP. Este cronograma especificará prazos, responsáveis e compromissos definidos conforme a norma ABNT NBR 14724:2011, salientando que a falta destas adaptações pode comprometer a correta instalação dos sistemas e a segurança operacional. A capacitação dos servidores públicos, que atuarão na gestão e fiscalização contratual, será tratada com ênfase na instrumentalização necessária para uso de ferramentas e boas práticas, segmentando treinamento específico para cada perfil profissional envolvido, incluindo gestores, fiscais e técnicos. Essas ações serão embasadas tecnicamente para garantir que os fins almejados com a contratação sejam efetivamente atingidos, alinhando todas as etapas do planejamento à metodologia ABNT, se necessário, apresentando listas ou cronogramas, conforme apropriado, segundo a NBR 14724:2011. As medidas elencadas serão diretamente associadas ao Mapa de Riscos, funcionando como estratégias preventivas de mitigação, garantindo que a unidade de gestão de riscos possa atuar proativamente para prevenir extrapolações de prazo, desvios na qualidade dos serviços e assegurar a conformidade legal da execução contratual. Dessa maneira, estas ações preparatórias destacam-se como essenciais para a plena viabilidade da contratação, otimizando a

aplicação dos recursos públicos e promovendo uma governança eficiente como previsto nos princípios do art. 5º da referida Lei, em sintonia com os resultados pretendidos. Na eventualidade de não existirem providências específicas a serem adotadas, essa condição será justificada tecnicamente, explicando que a simplicidade do objeto não requer ajustes prévios específicos.

## 12. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

A decisão de não adotar o Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação da prestação de serviços técnicos administrativos em consultoria ao controle interno é fundamentada por uma análise técnica e econômica minuciosa. Embora o SRP ofereça vantagens operacionais em termos de economia de escala e flexibilidade, a natureza específica e contínua dos serviços requeridos pela Câmara Municipal de Pacajus implica uma necessidade de execução que é mais eficazmente atendida por um processo de licitação direta, como o pregão eletrônico, que proporciona maior competitividade e agilidade, alinhando-se com os princípios de eficiência e economicidade dispostos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

O levantamento de mercado e as estimativas de necessidade atualizadas indicam que os serviços prestados serão contínuos e distintamente pré-definidos, favorecendo uma contratação que assegure a segurança jurídica e a alocação precisa de recursos. Dado que a solução contratual já está bem delineada, com claros quantitativos e especificidades identificados, a adoção de um registro de preços não seria a mais **adequada** para este contexto, visto que a modelagem de contratação direta permite uma negociação mais eficiente e focada em resultados imediatos e necessários.

A estrutura e os critérios de pregão eletrônico, como modalidade de licitação, oferecem benefícios em termos de transparência e acesso a um amplo leque de fornecedores, promovendo uma competição justa e vantajosa para a Administração. Este formato permite que se assegure o melhor custo-benefício com a oportunidade de negociação direta, alinhando-se aos objetivos estabelecidos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, e garantindo que os resultados pretendidos em termos de economicidade e eficiência sejam atingidos de forma otimizada.

## 13. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA FORMA DE CONSÓRCIO

A participação de consórcios na contratação de serviços técnicos administrativos em consultoria ao controle interno junto ao Poder Legislativo Municipal de Pacajus/CE é um ponto crítico a ser avaliado em consonância com os princípios estabelecidos nos arts. 5º, 15 e 18, §1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021. O art. 15 admite a participação de consórcios como regra, desde que não haja vedação expressamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP). A análise considera as características operacionais do objeto, envolvendo a consultoria em controle interno, que requer um alto nível de especificidade e conhecimento técnico direcionado, podendo ser mais eficiente e econômico quando gerido por um fornecedor único, ao invés de múltiplos



participantes de um consórcio. A natureza do objeto, voltada para a manutenção eficaz de controles administrativos e patrimoniais, sugere que a contratação através de consórcio poderia aumentar a complexidade na gestão e fiscalização da prestação de serviços, sem oferecer os ganhos substanciais em capacidade técnica ou financeira que justificariam tal escolha. Embora o art. 15 permita a participação de consórcios, a obrigatoriedade de um compromisso de constituição, a eleição de uma empresa líder e a responsabilidade solidária poderiam introduzir altos níveis de complexidade e riscos em termos de execução eficiente e segurança jurídica, como definido no art. 5º.

Ademais, o art. 5º destaca a busca por eficiência, economicidade e alinhamento com o interesse público, e uma execução fragmentada em consórcios pode contrariar esses princípios, podendo impactar negativamente a continuidade e a coerência da consultoria necessária à Câmara Municipal. Sem o benefício claro de especialidades múltiplas ou a necessidade de somatório de capacidades, o fornecimento contínuo de tais serviços abarca uma configuração **incompatível** com a participação consorciada. Assim, após exame detalhado das condições administrativas e de mercado, avalia-se que a vedação à participação de consórcios na contratação é a mais **adequada**, garantindo eficiência e economicidade, além de aumentar a segurança nas relações contratuais sem violar o princípio da igualdade entre licitantes, conforme arts. 5º e 18, §1º, inciso I. A decisão é fundamentada tecnicamente com base na necessidade descrita, no levantamento de mercado e nos resultados pretendidos, assegurando que a contratação atenda, com o máximo de proveito, às expectativas da Administração.

## **| 14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

A análise de contratações correlatas e interdependentes é fundamental para assegurar que a contratação em questão seja eficiente e econômica, além de bem integrada ao planejamento geral da Administração Pública. Tais contratações são aquelas que têm objetos semelhantes ou complementam a solução proposta, ou ainda as que precisam ocorrer antes ou dependem dela para funcionar. Essa análise evita sobreposições e problemas na execução, possibilitando melhor uso dos recursos disponíveis e garantindo alinhamento com os princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Ao considerar as contratações passadas, em andamento ou futuras, não se identificaram outras contratações relacionadas tecnicamente ou em termos de quantidades, logística e operação que precisem ser ajustadas ou integradas a esta solução. Não existem contratos atuais que precisem ser substituídos ou alinhados, e a contratação planejada não depende de outras, como infraestrutura ou serviços adicionais, para sua implementação. Com isso, não há necessidade de juntada de objetos semelhantes para economizar ou padronizar nesta contratação, e o processo pode prosseguir conforme as especificações das demais seções do ETP.

A análise revelou que, frente aos dados disponíveis, não há contratos que exijam revisão nos quantitativos, requisitos técnicos ou na forma de contratar. Consequentemente, a seção de 'Providências a Serem Adotadas' pode avançar sem ajustes específicos decorrentes de contratações correlatas e interdependentes. O alinhamento com normas internas e externas foi observado, e a contratação poderá ser executada individualmente de forma eficaz e econômica, em conformidade com

os princípios legais e diretrizes de otimização de recursos públicos.

## 15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Na contratação de serviços técnicos administrativos em consultoria ao controle interno no Poder Legislativo Municipal de Pacajus/CE, a identificação de potenciais impactos ambientais ao longo do ciclo de vida do contrato, como a geração de resíduos ou consumo de energia, é essencial para assegurar a sustentabilidade de acordo com o art. 18, §1º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021. A partir da pesquisa de mercado e da caracterização das necessidades da contratação, foram considerados aspectos como o uso de sistemas informatizados e a administração eficiente do patrimônio e dos materiais de consumo, que podem influenciar o consumo de energia e a gestão de resíduos.

Dada a complexidade do objeto, os impactos técnicos relacionados ao ciclo de vida incluem a potencial emissão de gases através de equipamentos utilizados e o uso intensivo de recursos energéticos. A análise de soluções sustentáveis, embasada no levantamento de mercado e nas diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, sugere a adoção de práticas de eficiência energética, como equipamentos com selo Procel A, e a implementação de programas de logística reversa, particularmente para componentes eletrônicos e toners utilizados na administração de documentos.

Essas medidas são integrais ao escopo do termo de referência e devem ser adotadas visando promover a sustentabilidade administrativa. Ocupa-se de equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental, assegurando que as operações contínuas de atualização e manutenção minimizem impactos ambientais. As propostas têm em vista não apenas a competitividade e a busca pela proposta mais vantajosa para o município (art. 11), mas também a capacidade administrativa de incorporar ou planejar licenciamento ambiental quando necessário.

Conclui-se que as medidas mitigadoras propostas são **essenciais** para otimizar o uso de recursos, reduzir impactos ambientais e atender aos resultados pretendidos pelo ente contratante, promovendo um processo de contratação sustentável e eficiente alinhado aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

## 16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente análise consolida as avaliações técnicas, econômicas, operacionais e jurídicas apresentadas ao longo do Estudo Técnico Preliminar (ETP), concluindo pela viabilidade e adequação da contratação de serviços técnicos administrativos em consultoria ao controle interno para o Poder Legislativo Municipal de Pacajus/CE. Tal decisão fundamenta-se na necessidade imperiosa de otimizar a eficiência e eficácia dos processos administrativos, contribuindo para a governança e accountability da

Câmara Municipal de Pacajus. Com base no levantamento de dados de mercado e nas estimativas realizadas, a solução proposta se alinha aos princípios de economicidade, eficiência e interesse público delineados nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

Os demais elementos considerados, incluindo a descrição da necessidade e os resultados pretendidos, corroboram a afirmação de que a contratação é vantajosa, refletindo um cuidadoso planejamento estratégico conforme enfatizado no art. 40 da Lei de Licitações. A pesquisa de mercado validou a competitividade dos custos estimados e confirmou a capacidade operacional dos potenciais fornecedores para atender às exigências do contrato, mitigando riscos e assegurando o cumprimento das obrigações legais e administrativas estabelecidas.

Assim, a contratação se apresenta indispensável para o fortalecimento dos controles internos e para a harmonização das práticas administrativas com as melhores práticas de governança. A conclusão pela viabilidade deste processo licitatório deve ser incorporada como base para a deliberação da autoridade competente, conforme preceitua o art. 18, §1º, inciso XIII da referida lei. Não obstante a inexistência de um Plano de Contratação Anual, como mencionado, destaca-se que a decisão aqui exposta deverá considerar a adoção de um planejamento semelhante em futuras circunstâncias, de forma a garantir a coerência com os objetivos estratégicos da Câmara Municipal.

Pacajus / CE, 3 de abril de 2025

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

VALESKA CAMILA PAULINO DA SILVA  
PRESIDENTE